



Boletim

SATÉLITE



Órgão Oficial de Comunicação do SINTTEL-SE - Ano XXXVIII - Nº 36/2023 - Aracaju (SE), 26 de Outubro de 2023

ATENÇÃO TRABALHADORES DA SEREDE

ASSEMBLEIA VAI DELIBERAR SOBRE A PROPOSTA DA MINUTA DO ACT 2023/2024 APRESENTADA PELA EMPRESA

O SINTTEL-SE convoca todos os trabalhadores da SEREDE para uma Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 30 de outubro de 2023. O objetivo principal da assembleia é a apreciação e deliberação sobre a proposta da Minuta do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2023/2024 apresentada pela empresa SEREDE. Além disso, a assembleia discutirá autorizações à diretoria do sindicato, incluindo assinatura do ACT, formulação de protesto judicial e instauração de Dissídio Coletivo, bem como outras deliberações pertinentes. Também será abordada a possível inserção de uma cláusula de cobrança da Contribuição Assistencial. É fundamental a participação dos trabalhadores para decidir sobre questões importantes relacionadas aos direitos trabalhistas.

A Assembleia Geral Extraordinária será realizada via videoconferência, promovendo a participação ativa dos trabalhadores na tomada de decisões que afetam as condições de trabalho na SEREDE. A presença dos empregados é vital para garantir a representação de seus interesses e necessidades no processo de negociação do ACT.

EDITAL

O SINTTEL-SE - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações no Estado de Sergipe - SINTTEL/SE- Entidade constituída para coordenação, defesa e representação legal dos trabalhadores em telecomunicações, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca todos os trabalhadores da SEREDE, para comparecerem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na, segunda-feira 30 de outubro de 2023, de acordo com o Art. 18 § 1º do Estatuto Social, via videoconferência pela plataforma Google Forms através do link de acesso [<https://forms.gle/ujepPD76CH4gfa7s9>], às 10h00min (em 1ª Convocação; com 50% + 1 dos empregados) e às 10h15min (em 2ª Convocação; com qualquer nº de empregados), a fim de deliberarem a seguinte ordem do dia: a) APRECIAR e DELIBERAR sobre a proposta da Minuta do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 2023/2024 apresentada pela empresa SEREDE; b) Autorização à diretoria deste sindicato para assinar a Minuta do ACT 2023/2024; c) Autorização para o SINTTEL-SE formular protesto judicial, instaurar Dissídio Coletivo e firmar acordo nos respectivos autos; d) Outras deliberações pertinentes e Inserção no Acordo Coletivo de Cláusula de Cobrança da Contribuição Assistencial no percentual de 1% (um por cento) sobre a remuneração mensal de todos os empregados, ainda que não sindicalizados, durante o período de vigência do Acordo Coletivo, assegurado o direito de oposição que deverá ser exercido no prazo de 10 (dez) dias da data de registro do Acordo junto a Secretaria Regional do Trabalho do Estado de Sergipe.

Aracaju Se, 26 de outubro de 2023.

Luiz José Chaves dos Santos
Diretor do SINTTEL-SE



10H
30/10 ASSEMBLEIA GERAL
virtual do SINTTEL-SE

 **LINK PARA ACESSO**

<https://forms.gle/ujepPD76CH4gfa7s9>

CONFIRA A PROPOSTA DA MINUTA DO ACT 2023/2024 APRESENTADA PELA EMPRESA SEREDE

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de maio de 2023 a 30 de abril de 2024 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) dos Trabalhadores da Empresa SEREDE, vinculados a representação do Sindicato Laboral, com abrangência territorial em SE.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO

PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS

O piso salarial, assim entendido como o menor salário pago na empresa, será de R\$ 1.333,92 (um mil, trezentos e trinta e três reais e noventa e dois centavos), a partir de 1º de agosto de 2023.

Os outros pisos por função serão conforme tabela abaixo:

CARGOS	Pisos em agosto/2023
CABISTA I	R\$ 1.355,31
CABISTA II	R\$ 1.444,71
CABISTA III	R\$ 1.621,35
INSTALADOR	R\$ 1.423,38
OFICIAL DE REDE	R\$ 1.423,38
OP DG	R\$ 1.522,11
TEC ADSL I	R\$ 1.621,35
TEC DADOS I	R\$ 1.876,45
TEC DADOS II	R\$ 2.186,49
TEC DADOS III	R\$ 2.775,37
ATENDENTE DE CONTROLE 6h	R\$ 1.372,14
TEC MULTIFUNCIONAL	R\$ 1.621,35

PAGAMENTO DE SALÁRIO - FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUARTA - CONSIDERANDOS

I - Considerando a Convenção Coletiva de Trabalho de 2023/2024, firmada entre o SINSTAL/FENINFRA e o SINTTEL/SE, bem como a existência de Acordo Coletivo de 2022 /2023 e que estes instrumentos possuem Cláusulas em comum;

II - Considerando que os sindicatos laboral e patronal buscam a padronização da norma coletiva com um instrumento comum a toda a categoria no âmbito do Estado de Sergipe, com conceitos, regras e procedimentos uniformes;

III - Considerando que as normas coletivas são fruto de negociação coletiva e que o acordo coletivo busca pormenorizar interesses empresariais e dos empregados, visando implementar condições mais benéficas de trabalho a ambos;

As partes resolvem celebrar o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, com o objetivo de acolher os seguintes itens e condições:

CONFIRA A PROPOSTA DA MINUTA DO ACT 2023/2024 APRESENTADA PELA EMPRESA SEREDE

SALÁRIO PRODUÇÃO OU TAREFA

CLÁUSULA QUINTA - PRODUÇÃO DA ÁREA DE OPERAÇÃO

A empresa manterá o pagamento por produtividade, através de um programa de remuneração variável, de forma a estimular o desempenho do empregado em atingir as metas estabelecidas. O programa terá critérios estabelecidos e considerará o volume de produção e a qualidade do serviço alcançada pelo empregado, sempre estimulando o seu bom desempenho em atingir as metas estabelecidas.

PARÁGRAFO ÚNICO - A empresa tendo apresentado ao sindicato dos empregados o modelo de remuneração variável praticado atualmente, compromete-se a demonstrar eventuais atualizações dos critérios de apuração, mantendo-se aberta à possibilidade do debate.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS PRÊMIOS

CLÁUSULA SEXTA - PRÊMIO

A empresa poderá estabelecer um programa de prêmios em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado, alcançado pelo empregado no exercício de suas atividades.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O programa de prêmios considerará critérios estabelecidos pela empresa, onde será verificado o desempenho do empregado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os valores recebidos como prêmios, mesmo havendo habitualidade, não integram a remuneração do empregado, não incorporam o contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário. O histórico de pagamentos de prêmios não constitui uma parcela irredutível e nem um direito adquirido pelo empregado

PARÁGRAFO TERCEIRO - A empresa apresentará ao sindicato dos empregados o modelo de premiação praticado e eventuais atualizações dos critérios de apuração, mantendo-se aberta ao debate.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS

CLÁUSULA SÉTIMA - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A empresa se compromete a apresentar e discutir com o sindicato, em até 60 (sessenta) dias após a aprovação do ACT 2023/24 em assembleia dos trabalhadores, o Programa de Participação nos Resultados para os seus empregados, baseado no atingimento das metas definidas pela empresa e excluídos os executivos, que terão programa específico. Na oportunidade, serão apresentadas ao sindicato as metas operacionais, indicadores e respectivos pesos, visando a aferição do valor e firmado acordo coletivo específico para o PPR, devendo o respectivo pagamento ser efetivado até 30/04/2024, caso as metas estabelecidas sejam atingidas

AUXÍLIO SAÚDE

CLÁUSULA OITAVA - ASSISTÊNCIA MÉDICA

Será concedido Plano Médico com regime de coparticipação, para todos os empregados e seus dependentes, sendo que as empresas custearão 50% (cinquenta por cento) do valor para o titular e 40% (quarenta por cento) para os dependentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para os empregados associados ao Sinttel-SE, as empresas custearão 60% (sessenta por cento) do valor do plano para o titular e 40% (quarenta por cento) para os dependentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para os trabalhadores admitidos a partir de 01/08/2023 as empresas custearão 50% (cinquenta por cento) do valor do plano para o titular e o custo do dependente será de integral responsabilidade do mesmo.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Para os trabalhadores admitidos a partir de 01/08/2023 que se associarem ao Sinttel-SE, as empresas custearão 60% (sessenta por cento) do valor do plano para o titular e o custo do dependente será de integral responsabilidade do mesmo.

PARÁGRAFO QUARTO: O repasse pelo trabalhador do valor da assistência médica e coparticipação dos afastados há mais de 3 (três) meses, deverá ser efetuado mediante depósito em conta da empresa ou quitação de boleto bancário, nas mesmas datas da Folha de Pagamento, sob pena de exclusão definitiva do plano de saúde em caso do não repasse de duas ou mais mensalidades.

>> CONTINUA

CONFIRA A PROPOSTA DA MINUTA DO ACT 2023/2024 APRESENTADA PELA EMPRESA SEREDE

AUXÍLIO DOENÇA/INVALIDEZ

CLÁUSULA NONA - COMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO DOENÇA OU DO AUXÍLIO ACIDENTE PREVIDENCIÁRIO

A partir de 16º (decimo sexto dia) de licença médica, a empresa complementarará, sem natureza salarial, por até mais 45 (quarenta e cinco dias), o auxílio doença/acidente, pago pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), até o limite da remuneração média líquida do empregado.

AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

CLÁUSULA DÉCIMA - AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

A partir de 1º de agosto/23, no caso de falecimento do empregado, a SEREDE – SERVIÇOS DE REDE S/A pagará as despesas pertinentes ao funeral até o limite de R\$ 4.500,00 (quatro mil reais), desde que o seguro de vida em grupo mantido pela empresa não abranja este benefício.

PARÁGRAFO ÚNICO - O auxílio funeral concedido no caput, de natureza não salarial, não se incorporará aos salários para efeito de formação de remuneração e não servirá como base de cálculo para pagamentos de rescisão contratual, encargos e tributo.

SEGURO DE VIDA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO

A empresa contratará, para todos os seus empregados, apólice de Seguro de Vida em Grupo, sem ônus para os mesmos, com as seguintes coberturas: indenização de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por morte natural, indenização de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) por morte acidental e indenização de Até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por invalidez parcial ou total.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INDENIZAÇÃO PELA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO

Poderá o empregado, se houver interesse da empresa, utilizar seu veículo para o desempenho de suas atribuições funcionais, mediante contrato de locação específico a ser firmado entre as partes, no qual estarão definidos: preço, prazo, direitos e obrigações das partes.

PARAGRAFO PRIMEIRO - O pagamento da locação acima indicada será realizado pela EMPRESA, mensalmente, mediante depósito em conta bancária indicada pelo locatário.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em caso de acidente de trabalho, será pago a locação de veículo para o primeiro mês de afastamento por acidente de trabalho, no caso deste ocorrer por período igual ou superior a 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A EMPRESA arcará com as despesas de contratação de seguro com cobertura para acidentes contra terceiros.

PARÁGRAFO QUARTO - As verbas previstas na presente cláusula, face à natureza nitidamente indenizatória, não são consideradas prestação in natura para os efeitos do art. 458 da CLT, não se incorporando ou refletindo, para qualquer fim, aos salários e as remunerações dos empregados.

PARÁGRAFO QUINTO - O contrato de locação de veículo de propriedade do empregado, para uso no trabalho, deverá observar a tabela a seguir, com seus respectivos valores, para fins de pagamento mensal do carro agregado a partir do mês de 1º de agosto/23.

UF	Tipo de veículo	Idade - DE	Idade - ATÉ	Incentivo	Valores 2023-2024
SE	CARRO LEVE	0	5	R\$	1.234,24
		6	7	R\$	1.206,81
		8	99	R\$	1.174,36
	MOTO	0	99	R\$	566,77
	UTILITÁRIO	0	99	R\$	1.774,24

>> CONTINUA

CONFIRA A PROPOSTA DA MINUTA DO ACT 2023/2024 APRESENTADA PELA EMPRESA SEREDE

PARAGRAFO SEXTO: As partes convencionam que os próximos reajustes da tabela de agregamento de veículos serão nos meses de junho.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As verbas previstas na presente cláusula, face à natureza nitidamente indenizatória, não são consideradas prestação in natura para os efeitos do art. 458 da CLT, não se incorporando ou refletindo, para qualquer fim, aos salários e as remunerações dos empregados.

PARÁGRAFO OITAVO - A partir de 1º de agosto/23, o valor do KM Rodado passará para R\$ 0,65 (sessenta e cinco centavos), oportunidade em que não terão direito à quota de combustível em litros. Fica também estipulado o fim do raio de deslocamento, o que significa dizer que ultrapassando os limites da sua cidade base, já tem direito à quilometragem.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – HOMOLOGAÇÃO

As homologações de rescisões de contrato individual de trabalho dos empregados associados ao SINTTEL, com tempo de serviço igual ou superior a 01 (um) ano, serão realizadas, sem ônus para a empresa, com a assistência do sindicato de forma híbrida (presencial ou tele presencial), sendo a forma híbrida, uma opção do sindicato. Será observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do dia do depósito da indenização prevista no art. 477 da CLT, observados os demais aspectos legais.

Parágrafo Primeiro: A EMPRESA comunicará aos empregados o dia, hora e local para efetuar a homologação da rescisão. Cumprindo essa formalidade, o empregador ficará isento das penalidades previstas no art. 477 da CLT, caso o empregado não compareça no horário determinados, ficando a entidade laboral com incumbência de fornecer um atestado comprobatório de sua ausência, podendo tal formalidade ser suprida através de declaração de 02(duas) testemunhas que estejam no local, dia e hora marcados para a homologação.

Parágrafo Segundo: Enquanto o sindicato não mantiver delegacias em outras localidades do Estado e, sendo a homologação procedida nessas localidades, a empresa poderá solicitar a assistência da SRTE/MTE ou dos órgãos judiciais previstos em lei.

Parágrafo Terceiro: A Empresa poderá optar por homologar as rescisões de contrato individual de trabalho dos trabalhadores não associados, preferencialmente, com a assistência do SINTTEL, sendo que este terá um custo de R\$100,00 (cem reais) por trabalhador que será de responsabilidade da parte que optou pela intervenção sindical.

Parágrafo Quarto: Entrega da documentação prevista no Parágrafo 6º. do Artigo 477 da CLT, poderá ser no ato da homologação da rescisão, após os 10 dias do desligamento, seja no Sindicato ou na empresa, e mantendo a obrigação da quitação das verbas rescisórias até o 10º dia.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho dos empregados será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais. A duração da jornada dos trabalhadores que exerçam atividades de tele atendimento será de 36 (trinta e seis) horas semanais ou de 6 (seis) horas diárias, em escala de revezamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A empresa poderá adotar o regime de rodízio, escalas e sobreaviso, sem prejuízo dos esforços que visem à racionalização da composição de equipes para os sábados, domingos e feriados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A partir da assinatura do presente acordo de trabalho, a empresa elaborará escala da jornada de trabalho de forma que a folga semanal de cada trabalhador seja, prioritariamente, sábado ou domingo, alternadamente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O trabalho nos dias decretados em lei feriados nacionais, estaduais e municipais, mesmo obedecendo à escala de trabalho, será sempre pago com o adicional de 100% sobre o devido em dias normais.

PARÁGRAFO QUARTO - A empresa elaborará a escala de plantão dos empregados lotados nos referidos cargos, assegurando no mínimo 2 finais de semana livres por mês, permitida a troca entre empregados lotados na mesma unidade de trabalho, assegurada a folga semanal prevista no art. 67 da CLT.

PARÁGRAFO QUINTO - A empresa poderá substituir o controle de ponto manual pelo controle de jornada eletrônico, através de celular, telefone fixo, URA, intranet ou internet, bem como através de sistemas das concessionárias, obrigando-se a respeitar os termos da Portaria 671/2021 do MTE.

PARÁGRAFO SEXTO - Os empregados que exerçam suas atividades em campo ou externo à sede da empresa, por força desta norma coletiva, estão dispensados de registrar nos cartões de ponto ou controles equivalentes, o horário dos intervalos destinados a alimentação e descanso, desde que a empresa assegure o repouso no intervalo legal.

>> CONTINUA

CONFIRA A PROPOSTA DA MINUTA DO ACT 2023/2024 APRESENTADA PELA EMPRESA SEREDE

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - INTERRUPÇÕES DO TRABALHO

As horas não trabalhadas decorrente de interrupções da jornada de trabalho que independam da vontade do trabalhador (caso fortuito ou força maior) não serão imputadas para compensação, devendo ser abonadas.

COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA

Será mantido na empresa um sistema de compensação de horas, nos termos do artigo 59 da CLT, e legislação vigente, com controle individualizado do saldo de horas trabalhadas por empregado, o qual funcionará nas seguintes condições:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A totalidade das horas extras realizadas de segunda a sábado serão destinadas a crédito de compensação em favor do empregado, de acordo com os procedimentos do sistema de compensação de horas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ficam excluídos do sistema de compensação, os trabalhos extraordinários realizados em domingos, DSR (descanso semanal remunerado) e feriados, devendo as horas extraordinárias correspondentes a esses dias serem pagas diretamente ao empregado com acréscimo de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O saldo de horas positivo referente às horas extras realizadas e não compensadas dentro do mesmo mês poderá ser compensado até o último dia útil do 3º mês subsequente a ele (mês referência). Ao final deste período sem que tenha havido a compensação, o saldo de horas extras do mês referência será pago com adicional de 50% (cinquenta por cento) na Folha de Pagamento do mês subsequente ao período destinado à compensação do mês referência.

PARÁGRAFO QUARTO - O saldo de horas negativo e não compensado dentro do mês da ocorrência poderá ser compensado até o último dia útil do 6º mês subsequente, podendo ser prorrogado pela empresa por igual período, caso não haja a compensação no prazo original. Passado o período compensatório, a empresa fará o desconto das horas negativas.

PARÁGRAFO QUINTO - Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho, sem que tenha havido a compensação integral das horas de débito e ou crédito do banco, o empregador realizará o pagamento ou o desconto respectivo nas verbas devidas ao trabalhador, calculado sobre o valor da remuneração na data da rescisão.

PARÁGRAFO SEXTO - Nas hipóteses de promoção para cargos que dispensem o controle de jornada, o colaborador terá direito ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração até a data da promoção. As horas negativas serão abonadas.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O empregado que já tenha aderido ao Acordo Individual de Banco de Horas terá automaticamente renovado o prazo de compensação considerando a disposição deste Acordo.

PARÁGRAFO OITAVO - O presente acordo para compensação de jornada - Banco de Horas, passa a vigorar a partir do dia 01.05.2023, com validade de compensação a cada 3 (três) meses nos termos desse acordo.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE FREQUÊNCIA

A empresa manterá um sistema de registro automático de frequência em que mensalmente serão registrados os fatos relacionados à presença e/ou ausência do empregado ao trabalho, inclusive os apontamentos referentes à:

- a) Adicional de horas extras;
- b) Adicional noturno;
- c) Adicional de sobreaviso;
- d) Expediente normal;
- e) Faltas;
- f) Atrasos;
- g) Outros tipos de ausências legais;
- h) Compensações.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Após a efetiva implantação do Sistema de Gerenciamento de Frequência, o empregado poderá consultar via sistema ou requerer ao seu gestor, a qualquer momento, informações referentes a sua jornada de trabalho, horas extras, adicionais e compensações.

CONFIRA A PROPOSTA DA MINUTA DO ACT 2023/2024 APRESENTADA PELA EMPRESA SEREDE

PARÁGRAFO SEGUNDO – As partes reconhecem que o Sistema de Gerenciamento de Frequência adotado pela empresa atende as exigências do Art. 74, § 2º da CLT e o disposto no artigo 2º da Portaria nº 373 do Ministério do Trabalho e Emprego de 25.02.2011 e poderá substituir o controle de ponto manual pelo controle de jornada eletrônico, através de celular, telefone fixo, URA, intranet ou Internet, bem como através de sistemas das concessionárias, dispensando-se a implementação do Registrador Eletrônico de Ponto – REP, da Portaria 1.510, de 21.09.2009 do Ministério do Trabalho e Emprego.

FALTAS

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário, além dos limites já fixados em lei:

- a) . Por até 3 (três) dias consecutivos em caso de falecimento de pessoa que, comprovadamente viva sob sua dependência econômica;
- b) . Por 1 (um) dia, durante a vigência deste Acordo Coletivo, em caso de internação hospitalar de urgência, do cônjuge, companheiro (a) ou filho menor de idade, devidamente comprovado;
- c) Por até 1/2 (meio) dia, durante a vigência deste Acordo Coletivo, para o recebimento de sua parcela do PIS, caso a empresa não tenha celebrado convênio com a finalidade de efetuar ela mesmo o pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ABONO DE PONTO AO ESTUDANTE

Serão abonadas, sem qualquer prejuízo de ordem econômica e/ou funcional, as faltas do empregado para prestar exames vestibulares, quando coincidirem com o horário normal de trabalho, sendo exigida a devida comprovação posterior.

PARÁGRAFO ÚNICO – Quando, em razão de necessidade imperiosa de matricular-se ou prestar exames em escola que ministre cursos do ensino fundamental, médio ou superior, o empregado poderá ter sua ausência, para esse exclusivo fim, abonada, desde que compense as horas dispendidas posteriormente.

RELAÇÕES SINDICAIS REPRESENTANTE SINDICAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTE SINDICAL

A empresa se compromete a liberar, enquanto perdurar este acordo coletivo de trabalho, 1(um) empregado, eleito para o cargo de dirigente sindical.

PARÁGRAFO ÚNICO - A liberação de que trata esta cláusula se dará sem ônus para o SINTTEL/SE, sem prejuízo dos salários e demais vantagens.

DISPOSIÇÕES GERAIS MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - FORO

As controvérsias resultantes da aplicação das normas deste Acordo serão dirimidas pela Justiça do Trabalho de Aracaju (SE).

CONFIRA A PROPOSTA DA MINUTA DO ACT 2023/2024 APRESENTADA PELA EMPRESA SEREDE

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - MULTA POR DESCUMPRIMENTO

Em caso de descumprimento do presente Acordo Coletivo de Trabalho, as partes signatárias negociarão a solução antes de adotarem qualquer procedimento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Em caso de não se chegar a acordo, estabelece-se o valor único de um piso salarial, independentemente do número de funcionários eventualmente atingido, como multa por descumprimento de cada cláusula do acordo, reversível à parte prejudicada.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - VALIDADE DO ACORDO

Integram o presente Acordo Coletivo, como se aqui estivessem transcritas, as Cláusulas integrantes da Convenção Coletiva de Trabalho de 2023/2024, firmada entre o SINSTAL/FENINFRA e o SINTTEL/SE, naquilo que não colidirem com as Cláusulas ora acordadas.

PARÁGRAFO ÚNICO - Deixam de ter validade para a EMPRESA pactuante e para os seus empregados, todas e quaisquer outras normas coletivas anteriores, durante a vigência do presente documento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DEPÓSITO E REGISTRO

Para que produza os efeitos legais e se torne obrigatório para as categorias econômicas e de trabalhadores abrangidas, as partes depositarão cópia do presente Acordo Coletivo de Jornadas na Superintendência Regional do Ministério do Trabalho e Emprego, nos termos do Artigo 614, da Consolidação das Leis do Trabalho, para fins de registro e arquivo.

SILVANA ALVES DE MATOS NETA
DIRETOR
SIND DOS TRAB EM EMP DE T E O DE MESAS TELEF NO EST SE

MARCELL VELLOSO DE SOUZA
DIRETOR
SEREDE - SERVICOS DE REDE S.A.

LEONARDO NOGUEIRA DE MORAES
DIRETOR
SEREDE - SERVICOS DE REDE S.A.

Endereço: R. João Bispo Menezes, 46 - Cj. Novo Horizonte | (79) 98830-0215 - 3217-1529

Sindicalize-se!



sinttelse.org.br



/sinttelse



/sinttelse



/sinttelse